



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**ATA - PRE/SGPRE/STI****MINUTA DE ATA DE REUNIÃO nº 14/2021****(CGESTIC)**

Data	Horário	Local	Coordenador da reunião
06/8/2021	10:00	Reunião virtual	André Luiz Cavalcanti e Cavalcante

**1. Objetivo**

A reunião teve como pauta específica o informe sobre orçamento e contratos e outros assuntos abordados pelos participantes.

**2. Participantes**

Nome	Lotação	Ramal	E-mail
André Luiz Cavalcanti e Cavalcante (STI)	STI	7117	<a href="mailto:alcavalcante@tre-ba.jus.br">alcavalcante@tre-ba.jus.br</a>
Flávio de Souza Dias (COSINF)	STI/SEDESC	7132	<a href="mailto:flavio.dias@tre-ba.jus.br">flavio.dias@tre-ba.jus.br</a>
André Anton Hadad (COSUP)	STI/COSUP	7128	<a href="mailto:aahadad@tre-ba.jus.br">aahadad@tre-ba.jus.br</a>
Elma Teixeira da Silva Santos (SEAGG)	STI/SEAGG	7128	<a href="mailto:etsilva@tre-ba.jus.br">etsilva@tre-ba.jus.br</a>
Lisa Valeria Rebouças Tio (GAB-STI)	STI/GAB	7118	<a href="mailto:lvtio@tre-ba.jus.br">lvtio@tre-ba.jus.br</a>
Mara Rosita Pinheiro (GAB-STI)	STI/GAB	7118	<a href="mailto:mrpinheiro@tre-ba.jus.br">mrpinheiro@tre-ba.jus.br</a>

### 3. Informes

Não houve informes.

### 4. Discussão da pauta

4.1) André Cavalcante iniciou a reunião informando que recentemente respondeu a 03 (três) processos SEI's: 1- se o dinheiro disponível que tem na SOF seria usado ou não; 2- se os saldos disponíveis nas notas de empenho serão usados ou não e, por fim, 3- sobre pedido de crédito adicional. Informou que pediu R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), sendo que já havíamos recebido pouco mais de um milhão de reais. Do valor pedido, 90% será disponibilizado para a COSINF. Informou que não liberou quase dinheiro nenhum disponível, apenas uns R\$116.000,00 (cento e dezesseis mil reais) do contrato do *outsourcing*. Dos saldos de notas de empenho, liberou o saldo da CTIS que estava na nota de empenho do início do ano, pois como foi feita uma renovação, também foi feita uma nova nota de empenho;

4.2) André Cavalcante comunicou que não irá protocolar nenhum TR depois do mês de agosto. Terá que agilizar os processos que não estão tramitando. Disse que iria atualizar o PLANCONT para levar para a próxima reunião do CGovTic para aprovar a inclusão das novas contratações. Frisou que não podemos pedir o dinheiro e não utilizar, principalmente a COSINF que receberá a maior parte do orçamento;

4.3) Quanto às contratações, André Cavalcante demonstrou preocupação com a contratação emergencial do *backbone*, pois não irá concluir esse ano, mas a COSINF já está revisando; com a contratação da plataforma ZOOM que até a presente data não foi aprovada o ETP e, por isso, já estava querendo renovar as licenças do ZOOM e depois pensar em alguma outra solução. Disse que conversou com Sidney (SEINFRA) sobre a solução do TJ chamada *lifesize* e que, inclusive, recebeu um e-mail de uma zona eleitoral perguntando se poderia utilizar essa plataforma. Informou que irá responder que sim, mas que não damos suporte. Nosso suporte é para o ZOOM. Pediu a Hadad para verificar com Marco Vídero (SEMIN) essa plataforma *lifesize* para utilizar nas zonas eleitorais, pois seria uma vantagem já que os juízes já utilizam no TJ;

4.4) Flávio (COSINF) ponderou que os juízes utilizam essa plataforma para fazer audiências e que temos um processo, referente ao PJe mídias, tramitando para definir qual ferramenta será utilizada para as audiências, com inclusão de equipamento que realize gravações e ficar tudo integrado. O TSE se manifestou informando que usa o *Teams* da Microsoft e que seria o caso de avaliarmos;

4.5) André Cavalcante falou com Hadad sobre os processos atrasados, principalmente os da SEMIN. Os processos mais importantes são o *backbone*, o *service desk*, o NAIA e o do ZOOM que acha que não vai dar tempo, pois em setembro acaba a licença do ZOOM, então seria melhor fazer uma contratação emergencial para contratar mais 20 (vinte) licenças do ZOOM;

4.6) Hadad (COSUP) disse que estão esperando o processo do UNA até hoje e sugeriu retornar o processo, voltar para o pedido das 23 (vinte e três) licenças do ZOOM que estava anteriormente, enquanto não resolve sobre o UNA e, se depois der certo, pede redução do número de licenças do ZOOM. André Cavalcante concordou;

4.7) Flávio (COSINF) sugeriu que já que estamos numa fase de transição entre as leis de licitação, a Lei nº 8666/93 e a nova Lei nº 14.133/2021, e, já que a nova lei permite dispensa de licitação nas compras abaixo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), poderia verificar essa possibilidade de contratar o ZOOM já que o valor seria em torno de R\$20.000,00. Seria o caso de consultar a Assessoria Jurídica sobre essa possibilidade, através de suprimento de fundos com o cartão corporativo. André Cavalcante ponderou que a administração não está querendo mais usar o suprimento de fundos e Flávio informou que para comprar licenças no site do ZOOM teria que ter o cartão ou então algum representante da plataforma aqui no Brasil;

4.8) Lisa (GAB-STI) complementou a informação dizendo que até a última compra do ZOOM não havia representação aqui no Brasil, teria que comprar com o cartão corporativo em dólar, por isso necessitava ter o suprimento de fundos. Sugeriu que falassem com Leonardo (SEMIN) sobre essa aquisição do ZOOM, pois foi ele que estava à frente dessa compra. Também reforçou a sugestão de André Cavalcante em renovar a licença do ZOOM, pois estava havendo uma certa resistência pela CGovTic na utilização do UNA;

4.9) André Cavalcante aproveitou a argumentação de Lisa para pedir que Hadad colocasse no despacho do processo do ZOOM a sugestão do uso do cartão corporativo, para a contratação direta, tratando do novo limite da nova lei de licitações;

4.10) Flávio (COSINF) informou que acredita que já exista representante do ZOOM no Brasil, pois chegaram alguns e-mails sobre o assunto e que Leonardo deve estar sabendo alguma coisa. O *lifesize* é uma ferramenta paga que acredita ter uma empresa que é representante aqui em Salvador e que o ideal seria procurar saber do TJ como foi feita a contratação.

4.11) Hadad (COSUP) ponderou que o seu receio é que o CNJ recomende uma solução , o TJ outra, o TRE-BA está tentando comprar o UNA e renovar o Zoom, então ficaremos com várias ferramentas. André Cavalcante (STI) relembra a menção de Flávio Dias (COSINF) ao processo do PJe mídias e sugere que se for possível optar pela ferramenta *lifesize* seria interessante por se tratar de instrumento já utilizado pelos juízes;

4.12) Lisa (GAB-STI) chamou atenção de um processo que chegou do CNJ com algumas recomendações sobre o “Prêmio CNJ de qualidade 2021” e pediu que as áreas dessem uma olhada, pois o prazo que a SPL deu foi bastante curto, dia 09/08;

4.13) Elma (SEAGG) informou que já olhou o processo e sugeriu que o TRE aderisse ao acordo do TSE com o CNJ, formalizando essa adesão de cooperação técnica;

4.14) Hadad (COSUP) pediu para André Cavalcante reforçar na reunião do CGovTIC a questão dos fiscais administrativos que está ficando muito complicado, pois as áreas ignoram completamente a figura do fiscal administrativo, passando os processos diretamente para as áreas técnicas e nós não temos o conhecimento, correndo o risco de fazer errado;

4.15) André Cavalcante informou que deu entrada em um SEI (12729-38.2021.6.05.8000) no dia 16/07 que pede a criação de uma comissão permanente de fiscais administrativos de contratos de TI, composta por bacharéis de direito com conhecimento na lei de licitações, então passaríamos para eles analisarem;

4.16) Elma (SEAGG) informou que no Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (PTE), no art. 45, prevê que tem 02 (dois) grupos de entrega até dezembro deste ano, que são: 1) Governança e Gestão de Tecnologia e 2) Segurança da Informação e Proteção de Dados. Também prevê uma avaliação do cumprimento dos itens pelo CNJ. A SEAGG, com base no PTE, filtrou todas as atividades que vencem até dezembro e já está tomando algumas providências para identificação das ações que deveriam ser adotadas integralmente e também está desenvolvendo um plano de demandas internas com relação aos itens que precisam ser melhorados. No PTE fala de um relatório de análise de aderência que a SEAGG está elaborando e, com relação a Segurança da Informação, fala da elaboração de um plano de risco de segurança de TIC. Também terá que ser implantado e testado o plano de gestão de continuidade de serviços essenciais de TIC. Elma informou que tem outras ações que a SEAGG sugeriu colocar no processo que aprovou o plano de trabalho, pois tem demandas que envolvem outras áreas como a SGP e a Comissão de Segurança da Informação e então estariam dando conhecimento que iriam tramitar esse plano de ação;

4.17) André Cavalcante pediu que Flávio ficasse atento que na segunda-feira (09/08) vai começar a funcionar o NAVE e que o TSE reativou o envio de prestação de contas, então será necessário ficar atento para que o Coleta CAND não fique fora do ar e também que não haja problema de espaço;

4.18) André Cavalcante chamou atenção mais uma vez sobre a necessidade de dar celeridade aos processos de contratações, para fazer os ETP's rapidamente e já ir fazendo os TR's paralelamente, sem precisar aguardar a aprovação dos ETP's;

4.19) Não havendo mais assuntos a serem abordados, a reunião foi encerrada por André Cavalcante (STI).

## 5. Observações importantes

Não houve.

## 6. Fechamento da ATA

**Esta ata será validada após análise e aceite do conteúdo disposto, que se dará através da assinatura eletrônica dos participantes citados no item 2, no documento correspondente, anexado ao SEI 0002710-70.2021.6.05.8000.**



Documento assinado eletronicamente por **Lisa Valéria Rebouças Tio, Oficial de Gabinete**, em 14/09/2021, às 13:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mara Rosita Pinheiro, Técnico Judiciário**, em 14/09/2021, às 13:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Anton Hadad, Coordenador**, em 14/09/2021, às 13:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Cavalcanti e Cavalcante, Analista Judiciário**, em 15/09/2021, às 13:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elma Teixeira da Silva Santos, Chefe de Seção**, em 16/09/2021, às 14:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio de Souza Dias, Coordenador**, em 28/09/2021, às 09:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1721886** e o código CRC **DA341CA5**.



---

0002710-70.2021.6.05.8000

1721886v2